

**Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas relativos à
Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295,
torpedos, F16, submarinos, Pandur II)**

61.^a Reunião
(24 de setembro de 2014)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a reunião às 12 horas e 5 minutos.

Foi discutido e votado um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando uma visita para contacto com equipamento militar, tendo-se pronunciado, além do Presidente, os Deputados José Magalhães (PS), Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP), Mariana Mortágua (BE) e António Prôa (PSD).

O Presidente encerrou a reunião eram 12 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente (Telmo Correia): - Srs. Deputados, temos quórum pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 12 horas 5 minutos.

Srs. Deputados, esta reunião tem como ponto essencial, para além de outros assuntos e de alguma troca de opiniões que possamos fazer, discutir o requerimento apresentado pelo Partido Socialista a solicitar uma diligência de visita e de contacto com o equipamento militar U209-PN.

Pergunto se o Sr. Deputado José Magalhães pretende apresentar o requerimento.

O Sr. José Magalhães (PS): - Sr. Presidente, muito brevemente, uso da palavra só para dizer que esta missão de observação justifica-se nos termos que tive ocasião de enunciar quando sublinhei que as várias componentes, como o requerimento do PS descreve, daquilo a que chamamos um submarino, são, na verdade, um sistema de estruturas e de componentes desde as eletrotécnicas de alta sofisticação até ao sistema de armamento.

Como falar do que não se sabe é sempre perigoso, o relatório vai ter entre, outras coisas, de examinar a questão, que foi, aliás, escrutinada pelo Supremo Tribunal Administrativo, de saber se este U209-PN era uma criação específica e à medida, segundo as especificações da Marinha Portuguesa, ou se, na verdade, era um modelo clássico com pequeníssimas adaptações irrelevantes, combinando, moderadamente, certas características.

Ora, qualquer que seja a leitura a fazer, creio que as componentes merecem uma visita guiada, por um lado, porque só os militares da Marinha Portuguesa e, em particular, os submarinistas têm o *know how* de que a Comissão precisa para ser capaz, ela própria, de fazer um juízo sobre este ponto e, por outro lado, porque algumas das componentes, como o compartimento de alta segurança em caso de desastre em situação de imersão que foi ele próprio objeto de controvérsia, geraram sobrecustos. Portanto, ir e ver essas componentes pode ser relevante.

Aconteceu alguma coisa que nós não éramos capazes de prever e vi que a RTP fez um programa de larga audiência da série *Protagonistas*, em que o protagonista foi o Sr. Almirante Fragoso, Chefe de Estado-Maior da Armada, que fez declarações extensas sobre esta matéria, e fê-las dentro de um dos submarinos — francamente, não sei qual deles — com a jornalista Cristina Esteves e no posto de comando desse submarino.

Essas imagens foram validadas e difundidas e a nossa proposta não é a de que qualquer estação de televisão acompanhe a Comissão de Inquérito.

Julgávamos nós que, por razões de segurança, não era possível visitar um submarino, mas acabou de se fazer a demonstração prática de que é possível, como aconteceu com uma senhora jornalista, no quadro da série *Protagonistas*, fazendo no posto de comando declarações extensas, o que elimina qualquer dúvida sobre a possibilidade de isso ser realizado sem prejuízo da segurança do equipamento militar em causa.

Portanto, Sr. Presidente, julgo que estão reunidas todas as condições para que essa visita se efetue. Temos tempo no calendário — julgamos que, mesmo que seja num sábado ou num domingo, ninguém declinará a responsabilidade de comparecer —, pelo que deveríamos marcar esta visita o mais depressa possível, até porque as datas para o nosso relatório estão fixadas, embora aproximadamente, e a nossa relatora já manifestou, ela

própria, o seu interesse nessa diligência, pelo menos informalmente — não gostaria de abusar desse ponto de vista.

Sr. Presidente, são, pois, estes os termos em que insistimos nesta proposta, que, julgamos, terá utilidade para todos.

O Sr. Presidente: - Srs. Deputados, antes de dar a palavra a Deputados dos outros grupos parlamentares que queiram intervir sobre esta proposta, queria sublinhar algo que já foi dito pelo Sr. Deputado José Magalhães, ou seja, que esta proposta, independentemente do destino que os grupos parlamentares lhe deem, ou se considerarem ou não interessante, está sempre um bocadinho condicionada pelo momento dos trabalhos, pois estamos num momento de relatório. Portanto, a sua utilidade ligar-se-á ou não ao próprio relatório.

Enquanto Presidente da Comissão, quero dizer — e não quero com isto, obviamente, condicionar a deliberação dos grupos parlamentares —, para termos a ideia do que estamos a falar, designadamente deste equipamento militar (e, aliás, a mesma questão se poderia colocar em relação aos outros, como é evidente) para, depois, conduzirmos os trabalhos da Comissão e as várias audições, que esta iniciativa está, do meu ponto de vista, prejudicada, uma vez que, neste momento, não teremos nem novas audições, pelo que tem sido dito e votado pela Comissão, nem a análise, que não seja a análise conclusiva do relatório.

Por outro lado, é sabido que a posição da Marinha Portuguesa e aquilo que nos explicar será aquilo que a Comissão compreenderá em relação a este mesmo equipamento. Acontece-me a mesma coisa quando vou buscar o meu carro à revisão e devo dizer que, mesmo assim, tenho dificuldade, muitas vezes, em poder debater ou discutir. E perceberei, seguramente, mais de automóveis do que deste tipo de equipamentos...

Mas, ainda assim, seja no âmbito da Comissão de Inquérito, seja no âmbito do grupo de trabalho, seja ligado mais à questão do relatório, a Comissão decidirá do interesse ou não da visita a este equipamento ou a outros.

Portanto, neste momento, parece-me que esta iniciativa terá de ser muito ligada à questão do relatório ou a dúvidas que existam, porque não vejo isto de outra forma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): - Sr. Presidente, confesso que estava na esperança de que o Partido Socialista pudesse ter retirado o requerimento, porque, do meu ponto de vista, julgo que o mesmo não faz qualquer sentido.

Confesso que estive a olhar para o requerimento e para todas estas especificações técnicas que nele são apresentadas pelo Partido Socialista, nomeadamente a existência de dois motores a *diesel* Friedrichshafen de 16 válvulas de propulsão, a velocidade máxima, a autonomia, a profundidade máxima operacional, a profundidade de colapso, a guarnição, o radar, os sonares, o cilíndrico, as comunicações, o equipamento...

No fundo, o Partido Socialista apresenta um requerimento que não deixa de ser um requerimento criativo, identificando todos os aspetos das especificações técnicas de um equipamento como o é um submarino e eu, de facto, Sr. Presidente, ao contrário de si, até nem de carros percebo — em relação a carros, só mesmo pôr gasolina e andar já é uma sorte... — e, portanto, de submarinos muito menos... Bom, de submarinos ou de qualquer outro tipo de equipamento militar, sejam os EH-101, os F-16, e por aí fora.

Segundo tive oportunidade de ler hoje, julgo que um dos submarinos até está, segundo é público, no âmbito de uma missão algures a caminho do Mediterrâneo e, portanto, não sei se o objetivo do Partido Socialista é ir de F-16 ou de EH-101, por exemplo, até ao submarino para fazermos uma inspeção no local onde ele se encontra, ou qualquer outro tipo de ideia mirabolante que possa surgir.

Sr. Presidente, sinceramente, embora perceba a intenção do Sr. Deputado José Magalhães, e não tenho nada contra que se faça a missão de observação, como refere no requerimento, a este submarino, a outro, aos que forem..., até pode ser aos diferentes submarinos que existem... Mas, do meu ponto de vista, muito sinceramente, os Deputados são Deputados, não são engenheiros navais. Eu não tenho qualquer possibilidade, conhecimento ou interesse em perceber se a propulsão do submarino funciona com dois motores a *diesel*, com um motor elétrico síncrono, com dois módulos ou com uma hélice de baixo ruído e alto rendimento... Não tenho como saber, sinceramente, e julgo que nenhum de nós terá.

Portanto, com o devido respeito, parece-me que não faz qualquer sentido essa visita. Se o Sr. Deputado José Magalhães o quiser fazer a título individual, do meu ponto de vista nada obsta a que o faça e até, provavelmente, o Ministério da Defesa Nacional lhe proporcionará essa missão de observação, à semelhança do que aconteceu no tal programa televisivo.

Nós não somos engenheiros navais, não somos jornalistas; somos Deputados e, como Deputados, temos aqui o nosso mandato bem definido. E, salvo o devido respeito, Sr. Deputado José Magalhães, por muito que eu gostasse — e até poderia gostar que fosse —, não tenho conhecimentos para apurar no local se um determinado equipamento como este funciona, por exemplo, em matéria de propulsão, desta maneira como aqui é descrita;

se a profundidade do colapso ocorre aos 680 m ou aos 1000 m; se a guarnição leva estes elementos que aqui estão referidos, os tais 33; se os sonares permitem ou não a deteção de que distâncias; que tipo de equipamentos é que tem; que sistema de combate é que tem; que sistema de guerra eletrónica... A não ser que fosse uma visita guiada, como ao Museu dos Coches...

Muito sinceramente, do meu ponto de vista pessoal, não tem qualquer interesse e não quero deixar de o dizer, porque estamos aqui como Deputados e não como engenheiros navais.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): - Sr. Presidente e Srs. Deputados, como sabem, a política do Bloco de Esquerda é de não recusar qualquer requerimento, desde que um grupo parlamentar considere que ele é importante para esclarecer qualquer dúvida que tenha dentro, obviamente, do razoável.

Acho que o critério deve ser este. Este requerimento pode ser útil ou não para os trabalhos da Comissão. E, dito isto, quero deixar claro que entendemos que se o PS acha que este é um requerimento útil, nós acederemos a este requerimento, mas não posso deixar de contrargumentar duas ideias que foram aqui postas em cima da mesa pelo Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila. A primeira é a de que os Deputados não têm conhecimento técnico e, portanto, não nos interessa. A segunda é que o relatório está a ser feito e por isso não podemos.

Um destes argumentos é meramente formal e que considero não ser válido. Se a Comissão de Inquérito acha que uma coisa é importante politicamente ela é importante politicamente e o argumento meramente

formal não pode ultrapassar a importância política, porque, depois, vamos sempre dar a situações como as que temos visto, como a de, por causa do prazo da Comissão, deixarmos de avaliar as coisas com o tempo, com a profundidade e com o pormenor que deveríamos. Ora, acho que devemos evitar este tipo de argumento.

O segundo é um argumento técnico. Nós ainda há poucos meses tivemos uma Comissão de Inquérito sobre *swaps*, instrumentos especulativos altamente complexos, e nenhum de nós era especialista naquilo e todos nós tivemos de estudar e ser capazes de analisar, porque é isso que nos compete politicamente.

Portanto, quero dizer que não acho que o argumento técnico ou formal seja razoável, ou pertinente, ou válido nesta discussão; acho que temos de pensar se é útil ou não para a Comissão.

Parece-me que está dentro do âmbito da Comissão e por isso, se o Partido Socialista entende que esta iniciativa pode trazer alguma mais-valia, avaliaremos depois com as consequências e com os resultados dessa visita, se ela for aprovada. Votá-la-emos, pois, favoravelmente.

O Sr. Presidente: - Sr.^a Deputada, em relação a uma parte da sua intervenção, não em relação àquela em que rebateu o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila mas àquela em que se referiu, penso eu, àquilo que eu disse em relação ao relatório, quero dizer-lhe o seguinte: para mim, na minha leitura, enquanto presidente da Comissão de Inquérito, pegando naquilo que o Sr. Deputado José Magalhães disse, ou seja, saber do que é que estamos a falar, é evidente que há sempre uma limitação técnica. Por exemplo, noutra dia, um mecânico explicava-me que no meu carro havia um problema com a sonda *lambda*... Bom, eu paguei, mas não sei o que é uma sonda *lambda*, nem nunca saberei.

Portanto, o que quis significar foi um pouco isso.

O que eu disse foi: talvez tivesse sido mais útil apresentar esta proposta no início dos trabalhos, porque a partir daí tínhamos uma visualização do que é que estávamos a tratar.

Foi apenas neste sentido, pois nada tenho contra os Srs. Deputados quererem ir... Quer o requerimento seja aprovado ou não, se houver Deputados que tenham interesse em ir...

Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. António Prôa (PSD): - Sr. Presidente, Sr. Deputado José Magalhães, com toda a franqueza, irei abordar o requerimento do Partido Socialista de dois pontos de vista: primeiro, parece-me que o objetivo deste requerimento é fazer um «número», um «número interessante», que dá uma boa fotografia, que, se fossemos acompanhados de jornalistas, daria uns bons «bonecos» e que, desse ponto de vista, poderia ter alguma utilidade do ponto de vista estético, independentemente dos gostos serem subjetivos. Com toda a franqueza, não vejo esta iniciativa com mais utilidade do que a de fazer uns «bonecos» dos Deputados a visitarem um submarino.

Por outro lado, Sr. Deputado, também com franqueza, o requerimento do Partido Socialista denuncia aquilo que eu já tive oportunidade de referir algumas vezes e que, na verdade, foi a razão de ser e a procura quase obsessiva do Partido Socialista em torno do caso dos submarinos, esquecendo-se que esta Comissão de Inquérito é muito mais do que uma comissão de análise do programa de aquisição de submarinos e que, por essa via, faria mais sentido, seria mais coerente que o Partido Socialista, ao invés de propor uma visita a um submarino, propusesse uma visita aos diversos equipamentos que são alvo desta Comissão de Inquérito, mas o Partido Socialista não o fez.

Portanto, demos as voltas que dermos, acabamos sempre por concluir que, na verdade, havia aqui uma obsessão socialista em torno dos submarinos.

Quanto à outra perspetiva deste requerimento, Sr. Deputado, o requerimento é, de facto, interessante do ponto de vista do conteúdo, admito até que o seu conteúdo possa vir a ser útil para a elaboração do relatório, porquanto faz uma descrição muito exaustiva, e não sei quão exaustiva mas, à primeira vista, bastante exaustiva, das características do submarino, o que me levaria a dizer que quase torna desnecessária a visita ao submarino, porquanto temo, através do texto do requerimento do Partido Socialista, muitíssima informação técnica acerca dos submarinos.

Já tive oportunidade de visitar um dos submarinos, não sei se o *Arpão* se o *Tridente* e devo dizer-lhe que na visita, em que fui acompanhado por militares e em que foi dada uma explicação sobre o navio, fiquei a saber menos sobre o navio do que com a leitura do requerimento do Partido Socialista.

Portanto, devo dizer-lhe que, com a experiência de quem já visitou um submarino, aprendi mais com este requerimento do que com a visita ao próprio submarino e, nessa medida, com toda a franqueza e com a experiência de quem já visitou um submarino, acho que não vamos aprender mais do que aprendemos com a análise atenta do requerimento do Partido Socialista.

O Sr. Deputado referiu o programa na RTP que passou no início desta semana sobre a Marinha, em que a jornalista começou por visitar um dos submarinos. Já tivemos oportunidade de ver esse programa, em que a jornalista foi acompanhada, na ocasião, creio eu, pelo Chefe de Estado-Maior da Armada, e também obtivemos menos informações sobre o

submarino do que aquelas que vêm referenciadas no requerimento do Partido Socialista.

Assim, Sr. Deputado, com toda a franqueza, à parte da questão do «número», que seria, em termos de imagem, interessante para fazer; à parte dessa «eventual» vantagem, com franqueza, não vejo que haja nenhuma mais-valia com a visita a este navio, até porque, para além da informação patente neste requerimento, tivemos oportunidade de recolher muita informação sobre o processo de escolha e de seleção dos submarinos onde vêm referenciadas também as diferenças entre os diversos concorrentes e que faziam referências também às especificações técnicas.

Portanto, se o objetivo era obter e recolher informação técnica, então essa já existe, quer por via da informação recolhida durante os trabalhos da Comissão, quer por via das inquirições que aqui foram efetuadas, quer, por último, pelo texto exaustivo do requerimento apresentado pelo PS.

Portanto, por essa via, não vemos necessária nem vantajosa para os trabalhos desta Comissão de Inquérito a visita a um dos submarinos.

Se era para fazer um «número», Sr. Deputado, seguramente que terá oportunidade, enquanto Deputado, se manifestar a intenção de visitar este submarino, de fazer o «seu número» à vontade, visitando e tirando fotografias a entrar e a sair do submarino... Mas, mais do que isso, com franqueza, não vejo que tenha grande utilidade.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Deputado António Prôa, que basicamente é esta: o Sr. Deputado António Prôa e os Srs. Deputados da maioria aceitariam fazer uma missão de observação de todos os equipamentos? Ou essa era uma

hipótese retórica que o Sr. Deputado apenas colocou para sublinhar que a nossa proposta era incompleta? Se isso é para nos desafiar a que seja completa tenho todo o gosto em dizer que sim, sendo certo que a programação é perfeitamente possível dentro dos limites temporais de que dispomos.

As dúvidas que temos em relação ao equipamento, aos submarinos concretamente, são de natureza distinta das que temos em relação, por exemplo, às VBR, que são polémicas e menos complexas, pelo menos tanto quanto nos pareceu.

Mas, Srs. Deputados, estaríamos completamente de acordo em apresentar essa proposta para execução imediata o rapidamente possível.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. António Prôa (PSD): - Sr. Deputado José Magalhães, eu não fiz nenhuma proposta no sentido de visitarmos os outros equipamentos, eu apenas assinalei o facto de o Sr. Deputado ter proposto a visita aos submarinos e de se «ter esquecido» — entre aspas — dos outros programas de equipamento que estamos a tratar nesta Comissão de Inquérito.

Por outro lado, também procurei justificar a razão pela qual não considero vantajosa a visita aos submarinos e esses mesmos argumentos são válidos para visitas a outros equipamentos.

Ou seja, em resumo, para não repetir os argumentos: não creio que uma visita aos equipamentos nos possa dar mais informação, desde logo técnica, porque nós não somos técnicos, do que aquela de que já hoje dispomos, e, nessa medida, não considero que essa visita seja útil para a Comissão.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): - Sr. Presidente, gostaria de, muito brevemente, considerar as seguintes questões: a questão do momento da proposta; a questão da metodologia que usámos; a questão da utilidade; e a questão das consequências.

Primeiro, julgo que a utilidade é grande, porque a lista que fornecemos, indiciária e indicativamente, é uma lista divulgada exteriormente, de especificações mas, discutindo-se a singularidade do U209-PN, é muito importante saber se essas componentes foram, de facto, incorporadas ou não.

E, reparem, nós não somos o Supremo Tribunal Administrativo a apreciar, apenas documentalmente, uma providência cautelar. Aliás, isso nunca é bom, mas, no caso concreto, é pior ainda, porque o busílis, a dúvida, a polémica, é sobre o que está dentro do casco daquele submarino.

A Ferrostaal vendeu a Portugal um submarino U209? Ou um U214? Ou uma mistura entre o U209, o U212 e o U214? E as pessoas dirão: «Mas eu, que não percebo nada do meu carro, vou perceber alguma coisa disto?!» Não! Tenho de perceber! É para isso que nos pagam! É precisamente para aprendermos e para conseguirmos fazer um juízo!

Ou, então, admitimos todos — o que é um bocadinho embaraçoso, até para nós, que somos oposição — que apresentem à nossa frente um U209 ou um casco vazio e para nós é o mesmo! Porque foi um bocado esse o espírito que levou à compra daquilo assim, em 2004, pelo Dr. Paulo Portas, ou seja,...

Vozes não identificadas.

... «saber o que está dentro do casco não importa; desde que me digam que é um submarino e que quando navega não faz glu, glu, glu, ótimo, já está!»

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): - O peru é que faz glu, glu, glu!

O Sr. José Magalhães (PS): - Eu julguei que este era o som de alguém afogar-se, mas...

Mas, para depois o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila não fazer um ar de Estado e dizer que eu estou a falar de charutos, regressemos ao ar grave de Estado,...

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): - Afinal, quer ir visitar os charutos!

O Sr. José Magalhães (PS): - ... regressemos à *gravitas* de Estado. E na *gravitas* de Estado é necessário sublinhar que foi esse o busílis, que foi mesmo esse o pomo de discórdia.

Por outro lado, o submarino comprado pelo Dr. Paulo Portas veio completo ou veio sem os sobressalentes típicos das compras de equipamentos desse tipo?

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): - Pergunte ao Dr. Augusto Santos Silva, que foi quem recebeu o equipamento!

O Sr. José Magalhães (PS): - Não, porque isso foi no início.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): - Pergunte. Foi ele quem recebeu o equipamento!

O Sr. José Magalhães (PS): - Srs. Deputados, eu gostava muito de perguntar, mas os Srs. Deputados não nos autorizam a ouvir o Dr. Santos Silva outra vez! Trancaram isto!

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): - Mas telefone! Telefone!

O Sr. José Magalhães (PS): - Mas se quiserem ouvir outra vez o Dr. Santos Silva não estamos em desacordo, estamos de acordo. E a pergunta ao Dr. Santos Silva será: vinham com os sobressalentes ou não?

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): - Terá de lhe perguntar se tinham lá tudo isto que está aqui no vosso requerimento! Ele, se calhar, sabe responder.

O Sr. José Magalhães (PS): - Depois, é preciso perguntar, tipo inventário, se os equipamentos no interior do casco eram esses ou esses e outros?

Reparem, não há nada de anormal nisto, é completamente banal! É daquelas verificações de piloto antes do voo. Nós temos essa obrigação de rigor! De contrário, fazemos *copy/paste* da *Internet* de umas especificações de um submarino ex-soviético, metemo-la ali e os Srs. Deputados tomam aquilo como sendo a verdade. Eu não fui ao ponto de vos submeter a esse teste, porque parecia-me, enfim, desleal, ou seja, meter as especificações de um submarino, já descontinuado, e dizer que eram as especificações do *Tridente* ou do *Arpão* e os Srs. Deputados dizerem «parabéns pelo rigor na

definição» — como fez, aliás, gentilmente, o Sr. Deputado António Prôa — , «magnífica descrição, aprendi muito com a sua aula». E era um submarino soviético desativado!

O Sr. António Prôa (PSD): - Mas não é!

O Sr. José Magalhães (PS): - Não, não é, Sr. Deputado... Mas não tenho a certeza de que aqueles componentes sejam todas rigorosos...

Uma voz não identificada.

É uma informação que eu gostaria de verificar.

Portanto, quanto à utilidade do nosso requerimento, ela parece-me muito grande, até porque, como os Srs. Deputados têm de reconhecer, estas perguntas são pertinentes.

Quanto ao momento, o momento é muito bom, Srs. Deputados, porque no início dos nossos trabalhos não sabíamos o que perguntar, ninguém nos tinha explicado o que era um AIP, o tal sistema de propulsão que permite a submersão durante uma quantidade enorme de tempo e que vale por uma espécie de terceiro submarino, segundo nos foi dito pelo Sr. Almirante Fragoso e por outros, etc. Mas, agora, sabemos! Ninguém nos vai pedir para descrevermos em detalhe o que é um sistema AIP, mas, caramba...!

Outro aspeto: a metodologia. Nós podíamos, nesta matéria, adotar uma outra metodologia: íamos lá nós! E, então, teríamos direito a fotografia e a tudo o mais que coubesse e os Srs. Deputados ficavam em casa com uma declaração de incompetência, que me parece injusta.

O Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, que já discutiu Kamov e que já teve a responsabilidade de os ter no ar, sabia a diferença entre um Kamov e um helicóptero ligeiro, porque se não caía numa situação muito embaraçosa e perigosa... Portanto, caramba, somos capazes! Somos capazes desde que tenhamos abertura!

Portanto, francamente, Sr. Presidente, não percebo. E esse convite a que pratiquemos fracionismo, indo lá nós, é um convite que, francamente, não pode ser recusado.

Portanto, gostaria de dizer, Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do PS, que se os Srs. Deputados da maioria não quiserem ir, não é por isso que nós deixaremos de acionar os mecanismos tendentes a que nos seja facultada essa explicação, a que, francamente, temos direito, que virá na altura própria, que será ouvida atentamente e constituir-nos-emos em agentes de partilha de informação com os Srs. Deputados, ainda que não possamos fotografar, mas poderemos ver, ouvir e reportar. E haverá uma espécie de relatório mínimo descritivo do que vimos, ouvimos e poderemos reportar.

O Sr. Presidente: - Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, em relação ao que foi dito pelo Sr. Deputado José Magalhães, gostaria de referir um ou dois aspetos com os quais continuo a não estar muito de acordo. Mas essa é a minha opinião, vale o que vale e os grupos parlamentares votarão o requerimento como muito bem entenderem.

Primeira questão: diz o Sr. Deputado José Magalhães que, no início, não fazia sentido tomar esta iniciativa. Sr. Deputado, chamo a sua atenção para o facto de ter sido o Sr. Chefe de Estado-Maior da Armada, que se não foi a primeira foi a segunda pessoa a ser ouvida na Comissão, exatamente

no princípio dos nossos trabalhos, quem nos referiu as mudanças de especificações, o sistema de propulsão, a eventual mudança da configuração do casco em função do sistema de propulsão, etc.

Portanto, quanto eu disse no princípio não tinha de ser em maio, mas em junho ou julho. Quando fizemos a primeira audição, essa questão foi, como o Sr. Deputado disse, e bem, levantada e, depois, apareceu várias vezes ao longo dos trabalhos da Comissão.

Em segundo lugar, acho que estas matérias — e continuo na minha — dependerão sempre muito daquilo que os Srs. Deputados perguntarem e das respostas que obtiverem, porque não teremos, seguramente, ocasião de ver um U209, um U212, um U209-PN e um U214 no mesmo dia, perguntando o que é que está em cada um e observando quais são as diferenças de uns para os outros.

Portanto, a única forma de termos confiança do que é que la está é um bocadinho na base das explicações que forem dadas pela Marinha, ou aqui ou lá. Mas os Srs. Deputados decidirão, sendo que é evidente que qualquer Deputado da Comissão que queira ter interesse na visita, mesmo que não seja aprovada uma visita formal da Comissão, pode fazê-lo, tem direito de o fazer e é obrigação da Comissão ajudar em qualquer diligência para que o Deputado possa fazer essa visita, o que não choca, obviamente, com o requerimento apresentado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): - Sr. Presidente, é apenas para dizer que percebo todos os argumentos que são apresentados pelo Sr. Deputado José Magalhães e a tentativa que faz de enquadrar isto num determinado momento, ou seja, em 2004.

Mas queria dizer-lhe que isso não é correto, e até não é correto do ponto de vista jurídico, porque a entrega dos equipamentos militares em causa foi feita, salvo erro, em 2009/2010, presumo que há um auto de entrega e não tenho a mínima dúvida que nessa entrega terá sido aferido, por quem tem competências para o efeito, que não somos nós, que determinados equipamentos lá estariam, não sei se esses que aqui são descritos pelo Partido Socialista, até porque nem sei se têm isto mesmo que aqui é identificado pelo Partido Socialista, não sei se isto é assim, não faço ideia.

Em todo o caso, quero dizer-lhe que não é correto que procure, uma vez mais, contextualizar isto em 2004, quando estes equipamentos foram entregues em 2009/2010. Há autos de entrega destes equipamentos. E eu não quero entrar naquilo que, ao longo desta Comissão, andámos sempre a tentar fazer, ou seja, a procurar pôr as responsabilidades em quem quer que seja.

Mas, da sua intervenção, Sr. Deputado, ficou também clara uma outra coisa: ficou claro aquilo que o Sr. Deputado quer ir fazer na visita ao submarino.

O Sr. Deputado disse-nos — e vou tentar reproduzir — que não tem a certeza de que estas componentes que descreve no seu requerimento estão lá todas: a propulsão nos diferentes motores, se a velocidade máxima na superfície atinge os 12 nós, se a velocidade quando submerso atinge os 20 nós, se o sistema API atinge os 6 nós, qual a autonomia, se a profundidade máxima operacional chega aos 350 m, se a profundidade de colapso é de 680 m, se o radar tem esta navegação de procura, se os sonares são estes que aqui estão...

Portanto, Sr. Deputado, admito a sua curiosidade... Aliás, já sabíamos que o Sr. Deputado tinha uma vocação quase de investigador e de

polícia — aliás, já o comentei e até já trocamos algumas palavras sobre isso — mas agora, no fim desta Comissão, ficámos a saber que o Sr. Deputado também tem uma vocação de engenheiro naval e, portanto, vai querer, na visita ao submarino, pedir à Armada que nos diga onde é que estão os dois motores a *diesel* MTU Friedrichshafen. Depois, vai à *checklist* e vai pôr um «certo» em cada um dos pontos...

Sr. Presidente, quero terminar, agradecendo a disponibilidade que o Sr. Deputado José Magalhães manifestou de fazer a visita com o seu grupo parlamentar e com os seus colegas camaradas do Partido Socialista...

O Sr. José Magalhães (PSP): - Não, é uma visita aberta!

Uma voz não identificada.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-P): - Peço desculpa, não são camaradas, como o Sr. Deputado do PCP está a dizer, mas sim companheiros de partido.

O Sr. Presidente: - Na tropa também são camaradas, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-P): - Nessa visita, o Sr. Deputado fará o relatório que bem entender e, depois, não deixará de partilhar essa informação com os outros grupos parlamentares, que beneficiarão do seu espírito de engenheiro naval e de procurar saber o que é que está no *Tridente* e no *Arpão*.

O Sr. Presidente: - Srs. Deputados, como mais ninguém pretende usar da palavra, ponho à votação o requerimento do Partido Socialista

solicitando uma visita ao submarino *Arpão*, uma vez que o *Tridente* está no Mediterrâneo, pelo que li nos órgãos de comunicação, numa operação da NATO.

Pausa.

Srs. Deputados, o requerimento foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PSD e do CDS-PP e votos a favor dos Deputados do PS, do PCP e do BE.

Srs. Deputados, não obstante o requerimento ter sido rejeitado, das várias intervenções que tiveram lugar deduzi que se algum Sr. Deputado ou grupo parlamentar quisesse tomar a iniciativa de pedir esta visita, obviamente que a Comissão tomará conta dos aspetos formais necessários para a mesma, porque presumo que desse ponto de vista não há nenhum impedimento e será dado conta do interesse por parte de algum Sr. Deputado que a queira fazer.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): - Sr. Presidente, gostaria de manifestar apreço pela posição que o Sr. Presidente assume institucionalmente e de requerer que, de facto, essa diligência possa ser feita, sendo certo que em geometria completamente aberta, ou seja, os grupos parlamentares que entendam fazê-lo dariam uma boa contribuição associando-se a essa missão, julgo eu, e, portanto, todos os préstimos que a mesa se disponibiliza a fazer serão muito bem-vindos e agradecemos muito essa disponibilidade.

Portanto, Sr. Presidente, pedíamos essas diligências o mais depressa possível, dados os constrangimentos temporais, para ter utilidade, e julgo

que para nós qualquer dia serve, pelo que será a Marinha a dizer quando, como e em que moldes é que essa missão poderá ser realizada.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado, o que me parece razoável e lógico é que, não tendo sido aprovada uma visita da Comissão, o Sr. Deputado José Magalhães saiba junto dos seus colegas quem são os Deputados interessados e, logo que tenha essa lista, eu transmiti-la-ei dizendo que, não obstante a Comissão não fazer uma visita institucional, existe um conjunto de Deputados que manifestaram este interesse e pedirei disponibilidade à Marinha.

Portanto, Sr. Deputado, logo que puder, dê-me a lista dos visitantes submarinistas interessados nessa possível visita.

Srs. Deputados, antes de terminar a reunião queria dar-vos conta — porque foi-me pedido e, de resto, já disponibilizei essa informação — que houve uma troca de informações com o Sr. Eng.º António Guterres, que me comunicou, numa primeira instância, que teria muita dificuldade em responder ao questionário que lhe foi enviado antes de meados de outubro, porque estava em trabalhos sérios da instituição de que é Alto Representante, a ACNUR.

Informei o Sr. Eng.º António Guterres que o prazo é obrigatório, foi aprovado pela Comissão, pedi-lhe um esforço para que esse mesmo prazo pudesse ser cumprido e disponibilizei aos Srs. Deputados essa informação que recebi.

Numa segunda resposta, o Sr. Eng.º Guterres estranhou o facto de esse pedido só ter sido feito agora, mas penso que procurará, de facto, com as limitações de estar ausente da sua base habitual de trabalho, responder à solicitação que lhe fizemos.

Eu expliquei-lhe que, independentemente de ser agora ou antes, o prazo são sempre 10 dias, porque é o prazo legal, e que, de facto, o pedido que lhe dirigimos surgiu na sequência de um outro pedido ao ex-Primeiro-Ministro Durão Barroso, que surgiu também no final dos trabalhos, e pedi-lhe a melhor colaboração.

É a única informação que tenho para dar sobre esta matéria. As outras diligências foram todas tratadas e foi-lhes dado seguimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): - Sr. Presidente, queria colocar-lhe uma questão que não tem a ver com esta, mas com a organização dos trabalhos.

Ao longo dos tempos, fomos fazendo vários requerimentos, sem prejuízo dos que foram feitos na última fase das audições, e eu julgo que era bom haver um mapa das diligências pendentes — nós estamos a trabalhar nisso em parte e podemos partilhar informação —, porque, julgo, algumas estão, em certo sentido, esquecidas e em relação a outras faz sentido insistir no seu pedido.

Por exemplo, em relação ao parecer que o ex-Ministro Álvaro Santos Pereira disse ter habilitado a sua decisão de renegociação e assinatura, julgo que valia a pena uma insistência, porque pesa-nos tomar iniciativas sem ter feito essa diligência. Mas há outros casos, coisas que foram sendo pedidas.

Portanto, como o mapa geral de iniciativas com o seu estado tem de ser feito, de qualquer das maneiras, para anexar ao relatório, creio que, em alguns casos, valerá a pena lutar para que os documentos nos sejam facultados, quando se trata de documentos.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado, tem toda a razão e o que peço aos serviços da Comissão — e faço, desde já, o pedido — é que seja feito uma espécie de, usando mais uma expressão estrangeira de entre tantas que têm sido usadas aqui, *roadmap* de tudo o que foi pedido, um levantamento de todos os pedidos que possam estar pendentes, que possam estar a chegar e qual o seu prazo.

É um trabalho exaustivo, que será feito brevemente, e eu distribuí-lo-ei aos grupos parlamentares e, se necessário, reuniremos, primeiro a mesa e os coordenadores para fazermos uma avaliação, insistir nos casos em que for para insistir, verificar prazos que não tenham sido cumpridos, e por aí fora, para estarmos ainda a tempo de fazer esse esforço final.

Srs. Deputados, nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Eram 12 horas e 45 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.